



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020



MAIO/2021

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução -----	--02
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	03 a 06
III. Balanço Patrimonial -----	07 a 08
IV. Demonstração das Variações Patrimoniais -----	-09 a 10
V. Balanço Financeiro-----	11 a 12
VI. Balanço Orçamentário-----	13 a 14
VII. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-----	-15
VIII. Demonstração do Fluxo de Caixa-----	-16
IX. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis-----	17 a 31
X. Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	32 a 47

Campinas/SP, 10 maio de 2021

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 2020.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Balanço Financeiro;
Balanço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Informamos que devido à Pandemia, que se encontra no País e no mundo, provocada pelo Coronavírus Covid-19, e conseqüentemente a necessidade do isolamento social recomendado pelas autoridades de saúde brasileiras, o que nos impede de um atendimento presencial, esse relatório, especificamente foi confeccionado remotamente.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2021

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

	2.020	2.019
ATIVO		
	2.020	2.019
ATIVO CIRCULANTE	2.020.604.817	1.913.025.465
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.866	23.906
Créditos a Curto Prazo	56.448.052	18.935.166
Investimentos Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.964.061.560	1.894.027.212
Estoques	86.339	39.180
ATIVO NÃO CIRCULANTE	323.828.339	260.523.024
Realizável a Longo Prazo	319.965.138	260.004.814
Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados	249.163.197	184.279.338
Empréstimos A Receber – RPPS	70.801.941	75.725.476
Imobilizado	3.863.201	518.210
TOTAL ATIVO	2.344.433.155	2.173.548.489

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	11.079.836	11.200.337
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.758.404	1.135.846
Pessoal a Pagar	0	266.388
Benefícios Previdenciários a Pagar	2.499.411	831.251
Encargos Sociais a Pagar	0	38.206
Férias (P)	258.994	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	71.581	55.343
Provisões a Curto Prazo	7.994.800	6.305.600
Demais Obrigações de Curto Prazo	255.051	3.703.548
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.174.092.418	3.150.359.445
Provisões de Longo Prazo	2.174.092.418	3.150.359.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	159.260.901	(988.011.293)
Resultados Acumulados	159.260.901	(988.011.293)
Resultado do Exercício	1.147.272.194	(910.104.452)
Resultado de Exercício Anteriores	(988.011.293)	(77.906.841)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.344.433.155	2.173.548.489

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 E 2019

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	2020	2019
<u>Contribuições</u>	<u>172.350.068</u>	<u>208.409.378</u>
Contribuições Sociais	<u>172.350.068</u>	208.409.378
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>	<u>87.538.282</u>	<u>132.590.564</u>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.402.689	2.721.576
Juros e Encargos de Mora	5.056.670	3.883.924
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	59.634.349	125.985.064
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	18.444.574	0
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>	<u>2.871.897</u>	<u>14.321.639</u>
Transferências Intragovernamentais	2.871.897	14.321.639
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0	0
<u>Valorização e Ganhos com Ativos</u>	<u>731.493.287</u>	<u>373.326.725</u>
Reavaliação de Ativos	496.111.827	370.681.844
Ganhos com incorporação de Ativos	235.352.797	2.644.881
Ganhos com desincorporação de Passivos	28.663	0
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>	<u>1.609.896.460</u>	<u>154.618.441</u>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.592.107.982	136.251.023
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.788.478	18.367.418
<u>RESULTADO PATRIMONIAL – AUMENTATIVAS</u>	<u>2.604.149.994</u>	<u>883.266.748</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 E 2019

(Em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	2020	2019
<u>PESSOAL E ENCARGOS</u>	<u>6.713.520</u>	<u>5.703.044</u>
Remuneração de Pessoal	6.077.993	4.917.325
Encargos Patronais	444.769	491.282
Benefícios a Pessoal	190.759	294.437
<u>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</u>	<u>270.124.286</u>	<u>258.318.989</u>
Aposentadorias e Reformas	245.721.192	226.619.042
Pensões	24.403.095	23.269.711
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0	8.430.236
<u>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</u>	<u>1.630.999</u>	<u>901.358</u>
Uso de Material de Consumo	20.890	19.564
Serviços	1.592.434	867.146
Depreciação, Amortização e Exaustação	17.675	14.648
<u>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</u>	<u>5.871.751</u>	<u>2.287.009</u>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.871.575	0
Juros e encargos de Mora	176	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0	2.287.009
<u>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS</u>	<u>565.313.549</u>	<u>204.267.415</u>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	372.434.256	184.390.061
Desincorporação de Ativos	192.879.294	19.877.354
<u>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</u>	<u>607.223.693</u>	<u>1.321.893.385</u>
Constituição de Provisões	607.131.152	1.321.893.385
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	92.541	0
RESULTADO PATRIMONIAL – DIMINUTIVAS	<u>1.456.877.799</u>	<u>1.793.371.200</u>
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	<u>1.147.272.194,49</u>	<u>(910.104.452)</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

INGRESSOS

	2020	2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	253.998.314	355.795.605
Ordinária		
Vinculada	253.998.314	355.795.605
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	253.998.314	355.795.605
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Regime Próprio de Previdência Social		
Contribuições Sociais	82.409.603	67.966.698
Receitas de Valores Mobiliários	59.634.349	125.985.064
Indenizações e Restituições	897.936	0
Multas e Juros de Mora	204	0
Receitas Correntes Diversas	5.916.458	7.962.737
Amortizações e Empréstimos	5.489.333	5.002.004
Contribuições IntraOrçamentárias	61.611.822	91.492.376
Outras	38.038.610	57.386.727
TOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	253.998.314	355.795.605
Transferência Financeiras Recebidas	2.871.897	14.321.639
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	2.863.954	14.312.740
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	7.943	8.899
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	608.008.751	436.440.058
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	57.729	4.166.249
Inscrição de Restos a Pagar Processados	61.802	111.349
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	84.555.324	61.480.615
Recebimentos Extraorçamentários	84.555.324	61.480.615
Outros Recebimentos Extraorçamentários	523.333.896	370.681.844
V.P.A.	514.556.401	370.681.844
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.777.495	0
SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	1.914.806.390	1.622.733.554
Caixa e Equivalente Caixa	23.906	502
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.914.782.483	1.622.733.052
TOTAL	2.779.685.352	2.429.290.857

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em Reais)

DISPÊNDIOS

	2020	2019
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	274.381.255	268.808.601
Ordinária		
Vinculada	274.381.255	268.808.601
Recursos Destinados a Previdência Social – RPPS	274.381.255	268.808.601
TESOURO		
GERAL		
Pessoal e Encargos Sociais	2.672.141	14.019.732
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA - COVID 19		
Outras Despesas Correntes	746	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Pessoal e Encargos Sociais	268.516.379	246.154.402
Outras Despesas Correntes	2.730.289	4.343.357
Investimentos	461.698	4.291.110
TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	274.381.255	268.808.601
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	528.833.916	245.675.866
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	2.977.038	0
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	80.174	85.825
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	88.003.820	61.199.981
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	88.003.820	61.199.981
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	437.772.883	184.390.061
Desvalorização de Investimentos	372.434.255	38.960.164
Outros Pagamentos Extraorçamentários	65.338.627	145.429.897
SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	1.976.470.180	1.914.806.390
Caixa e Equivalente Caixa	8.866	23.906
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	1.976.461.313	1.914.782.483
TOTAL	2.779.685.351	2.429.290.857

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b - c)
RECEITAS CORRENTES	283.405.300,00	283.405.300,00	248.508.980,92	(34.896.319,08)
Receita de Contribuições	177.435.000,00	177.435.000,00	144.021.424,60	(33.413.575,40)
Receita Patrimonial	24.703.000,0000	24.703.000,00	59.634.348,84	34.931.348,84
Receita de Serviços	6.744.800,00	6.744.800,00	0,00	(6.744.800,00)
Outras Receitas Correntes	74.522.500,00	74.522.500,00	44.853.207,48	(29.669.292,52)
RECEITAS DE CAPITAL	5.829.000,00	5.829.000,00	5.489.332,86	(339.667,14)
Amortização de Empréstimos	5.829.000,00	5.829.000,00	5.489.332,86	(339.667,14)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	289.234.300,00	289.234.300,00	253.998.313,78	(35.235.986,22)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	289.234.300,00	289.234.300,00	253.998.313,78	(35.235.986,22)
Déficit	2.601.000,00	14.296.224,46	20.382.941,48	
TOTAL	291.835.300,00	303.530.524,46	274.381.255,26	(35.235.986,22)
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)		11.555.224,46	11.555.224,46	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO		11.555.224,46	11.555.224,46	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020

(Em Reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (b - c)
DESPESAS CORRENTE	273.426.500,00	285.438.784,64	273.919.556,87	273.861.827,71	273.800.026,06	11.519.227,77
Pessoal e Encargos Sociais	270.001.000,00	281.691.224,46	271.188.521,40	271.188.521,40	271.188.521,40	10.502.703,06
Outras Despesas Correntes	3.425.500,00	3.747.560,18	2.731.035,47	2.673.306,31	2.611.504,66	1.016.524,71
DESPESA DE CAPITAL	1.469.800,00	1.152.739,82	461.698,39	461.698,39	461.698,39	691.041,43
Investimentos	1.469.800,00	1.152.739,82	461.698,39	461.698,39	461.698,39	691.041,43
RESERVA DO RPPS	16.939.000,00	16.939.000,00	0,00	0,00	0,00	16.939.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	291.835.300,00	303.530.524,46	274.381.255,26	274.323.526,10	274.261.724,45	29.149.269,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)	291.835.300,00	303.530.524,46	274.381.255,26	274.323.526,10	274.261.724,45	29.149.269,20
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00			0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	291.835.300,00	303.530.524,46	274.381.255,26	274.323.526,10	274.261.724,45	29.149.269,20

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/2020								
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN								
Em 31 de dezembro de 2020								
(Em Reais)								
ESPECIFICAÇÃO	PAT.SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS INICIAIS							-988.011.293,00	-988.011.293,00
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE/REEMISSÃO DE AÇÕES E COTAS JUROS SOBRE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.147.272.194,49	1.147.272.194,49
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO DE RESERVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS FINAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.260.901,49	159.260.901,49

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 E 2019

(Em Reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	59.537.251,52	287.272.634,34
<u>INGRESSOS</u>	775.648.430,99	649.364.610,66
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	248.508.980,92	350.793.600,93
Receita de Contribuições	144.021.424,60	159.459.073,56
Outras Receitas Derivadas		
Receita Patrimonial	0,00	125.985.063,88
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	59.634.348,84	0,00
Outras Receitas Originárias	44.853.207,48	65.349.463,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	527.139.450,07	298.571.009,73
<u>DESEMBOLSOS</u>	716.111.179,47	362.091.976,32
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	273.671.647,70	263.963.786,58
Essencial a Justiça	0,00	0,00
Administração	746,10	0,00
Previdência	272.784.482,01	263.302.947,18
Saúde	0,00	0,00
Encargos Especiais	886.419,59	660.839,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		
TRANSFERÊNCIA	284.495,40	451.237,76
a União	0,00	149.621,70
Intragovernamentais	284.495,40	301.616,06
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	442.155.036,37	97.676.951,98
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.126.538,81	4.800.201,23
<u>INGRESSOS</u>	5.489.332,86	5.002.004,46
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.489.332,86	5.002.004,46
<u>DESEMBOLSOS</u>	3.362.794,05	201.803,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	3.362.794,05	201.803,23
Concessão de Empréstimo e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de Investimentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
<u>INGRESSOS</u>		
Outros ingressos de financiamentos		
<u>DESEMBOLSOS</u>	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	61.663.790,33	292.072.835,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.914.806.389,92	1.622.733.554,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.976.470.180,25	1.914.806.389,92

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020
(Em R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, autarquia municipal com personalidade jurídica de direito público criada através da Lei Municipal nº 5.894/02, tem por objetivo principal prover aos servidores públicos e a seus dependentes os benefícios previdenciários garantidos pela legislação, buscando o bem-estar de seus segurados. A garantia destes benefícios é pautada pela observância do equilíbrio atuarial do sistema, no qual os investimentos tomam relevante destaque uma vez que o Instituto utiliza o plano previdenciário que capitaliza os recursos atuais dos segurados para garantir o seu pagamento futuro.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00, portaria MPS nº 509/13, portaria STN 634/13, portaria STN 261/14 e NBCT-SP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), referindo-se ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020, nos termos da Portaria MPS nº 204/08 e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163 de 04/05/01 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo e Ministério da Previdência Social. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2020 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$ 8.866,33 o qual detalhamos a seguir:

Bancos Contas Movimentos - Posição em 31/12/2020		
Cód. do Banco	Descrição	Saldo – R\$
15	Banco Bradesco S.A - Conta Corrente - Benefícios	1,00
165	Banco do Brasil S.A -Conta Iprejun Repasse de Honorários de Sucumbência	8.864,33
16	Banco Bradesco S.A -Conta Corrente- Diretoria Executiva	1,00
	Total	8.866,33

Os honorários de Sucumbência referem-se a valores pagos pela parte contrária em ações movidas contra o IPREJUN e que pertencem a Procuradoria Jurídica IPREJUN/PMJ conforme a atuação dos procuradores no processo judicial.

NOTA 5 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2020 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 56.448.051,87 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não - Circulante é de R\$ 319.965.137,77, totalizando o valor de R\$ 376.413.189,64.

A seguir detalhamos a composição:

Ativo Circulante:

Créditos a Curto Prazo	R\$
- Empréstimos a Receber RPPS	8.058.354,98
- Contribuições do RPPS a Receber Patronal	22.585.040,25
- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista	12.030.901,43
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	13.773.755,21
Total	56.448.051,87

1) O valor de R\$ 8.058.354,98 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiá junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.2.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS;

2) Já o valor de R\$ 22.585.040,25 refere-se a Contribuição Previdenciária Patronal da competência de 12/2020 cujo recebimento é estimado para ocorrer em janeiro/2021 e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 - Contribuições do RPPS a Receber Patronal ;

3) O valor de R\$ 12.030.901,43, trata-se de Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista da competência 12/2020 cujo recebimento também é estimado para ocorrer em janeiro/2021 , a contabilização ocorreu na conta contábil 1.1.3.6.2.01.02- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista;

4) O montante de R\$ 13.773.755,21 se refere a Créditos Previdenciários Patronais que já se encontram em regime de parcelamento e está contabilizado 4/19 na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 -. Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal.

Ativo Não- Circulante:

Créditos a Longo Prazo	RS
- Empréstimos a Receber RPPS	70.801.941,20
- Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal	249.163.196,57
Total	319.965.137,77

1) O valor de R\$ 70.801.941,20 representa parcelas do empréstimo a receber, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.03.03 Empréstimos a Receber RPPS; 2) Já o valor de R\$ 249.163.196,57 representa os créditos previdenciários do RPPS que já se encontram em regime de parcelamento, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.06.04 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados Patronal.

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

- Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;
Parcelamento Contribuições

- Previdenciárias- Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2.000; Parcelamento Contribuições
- Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) - Lei nº 8.893/17; Débitos Cota Patronal de Março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar 173/2020 (Acordo 00536/2020) – Lei nº 9459/2020.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado encontra-se em 2.020 com saldo de R\$ 3.863.200,96, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 445.089,53 e Bens Imóveis R\$ 3.418.111,43. Os bens móveis foram submetidos à depreciação em 2020 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 64.373,46 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.020. Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no desenvolvimento das atividades administrativas. Em virtude da construção da nova sede do IPREJUN foram adquiridos novos bens no exercício de 2.020. O valor de R\$ 3.418.111,43 de bens imóveis refere-se a obra em andamento (construção da sede IPREJUN) e projeto executivo da obra.

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS		
Descrição	2020	2019
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação – Ano anterior	102.654,85	98.604,85
(+) Aquisições no ano	406.808,14	4.050,00
Saldo do Imobilizado em 31/12 – Sem Depreciação	509.462,99	102.654,85
(-) Depreciação Acumulada	-64.373,46	-46.698,27
(=) Saldo de Imobilizado (bens móveis) 31/12/21	445.089,53	55.956,58

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN se encontra em fase de construção, ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN é um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiá para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiá em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/11/2032. Antes do vencimento do contrato, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, ele não se encontra contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN, mas encontra-se devidamente contabilizado em contas de controle que não afetam o ativo: conta contábil 8.9.5.8.1.00.00 – Permissão de uso-bens recebido. O valor atualizado do terreno fornecido pela área de obras e infraestrutura da

Prefeitura de Jundiá (Processo Administrativo 17.221/2009) é de R\$ R\$1.835.075,20.

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 11.079.835,99 e está subdividido nos itens a seguir:

Passivo Circulante	R\$
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.758.404,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	71.580,51
Provisões de Curto Prazo	7.994.800,00
Demais obrigações a Curto Prazo	255.051,22
Total do Passivo Circulante	11.079.835,99

O valor de R\$ 2.785.404,26 é composto pelas seguintes contas:

2.1.1.1.1.01.03	Férias (P)	258.993,54
2.1.1.2.1.05.03	Precatórios de Benefícios Previdenciários - Regime Ordinário - a partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	2.499.410,72
	Total	2.758.404,26

As provisões de férias e 13º salário foram realizadas mensalmente, restando ao final do exercício somente o saldo da provisão de férias de R\$ 258.993,54. Foi devidamente registrado na contabilidade a obrigação referente aos precatórios conforme Mapa de Precatórios para pagamento em 2021 emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no valor de R\$ 2.499.410,72. Os subitens Provisões de Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo serão detalhados nas próximas notas explicativas 7.1 e 7.2

NOTA 7.1 – PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Foi constituída Provisão para Sentenças Judiciais que envolvem o IPREJUN no montante de R\$ 7.994.800,00, baseada nos relatórios de controle da Procuradoria Jurídica do IPREJUN. Os valores encontram-se devidamente contabilizados no subitem Provisões de Curto Prazo do Balanço Patrimonial.

NOTA 7.2 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 255.051,22 estão discriminadas no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

Anexo 17 da Lei nº 4.320/64: Demonstração da Dívida Flutuante

Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITOS				
218810102- Contribuições ao RGPS	13.319,20	195.601,39	208.920,46	0,13
218810103 – Encargos Sociais Outras Entidades	12.630,00	16.959.909,14	16.971.051,58	1.487,56
218810104- Imposto de Renda Retido na Fonte	2.727.479,12	46.079.024,66	48.804.281,54	2.222,24
218810108 - ISS (F)	1.969,53	29.009,68	30.979,21	0,00
218810110 – Pensão Alimentícia	56,72	1.386.305,52	1.386.305,52	56,72
218810113 - Retenções Entidades Repres. Classe	4.235,63	4.211.670,74	4.210.213,59	5.692,78
218810114 -Retenções Planos de Seguros	6.214,38	124.193,78	124.386,52	6.021,64
218810115- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	926.081,08	15.324.814,21	16.025.904,08	224.991,21
218810499 – Outros Depósitos	11.562,02	244.794,81	241.777,89	14.578,94
Totais	3.703.547,68	84.555.323,93	88.003.820,39	255.051,22
RESTOS A PAGAR				
Não Processados	4.173.932,92	57.729,16	2.977.038,22	1.254.623,86
Processados	118.616,16	61.801,65	108.837,30	71.580,51
Total Restos a Pagar	4.292.549,08	119.530,81	3.085.875,52	1.326.204,37
TOTAL GERAL	7.996.096,76	84.674.854,74	91.089.695,91	1.581.255,59

O saldo de restos a pagar não-processado refere-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 1.254.623,86 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte. Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 71.580,51 e referem-se a contratos com diversos fornecedores que já passaram pela fase de liquidação, ficando pendente o pagamento a ocorrer em 2.021.

O valor de R\$ 255.051,22, referem-se a valores a serem repassados a terceiros em 2.021.

NOTA 8 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

Provisões Matemáticas Previdenciárias

2020

Fundo: 1-IPREJUN

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Debitos	Creditos	Saldo Final
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES	2.421.606.822,65 C	0,00	384.596.080,87	2.806.202.903,52 C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSE	96.408.364,51 D	13.804.574,72	0,00	110.212.939,23 D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENS	3.898.347,68 D	117.107,13	0,00	4.015.454,81 D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDEN	70.255.185,12 D	5.770.117,27	0,00	76.025.302,39 D
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES	4.582.283.953,40 C	41.561.438,33	0,00	4.540.722.515,07 C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	596.470.837,30 D	309.686.826,78	0,00	906.157.664,08 D
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVC	657.678.837,98 D	171.365.734,88	0,00	829.044.572,86 D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDEN	438.787.370,36 D	40.182.286,87	0,00	478.969.657,23 D
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PL	1.990.032.388,23 D	1.000.910.092,58	0,00	2.990.942.480,81 D
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATU.	0,00 C	0,00	222.535.070,79	222.535.070,79 C

Conta	Descrição	Saldo Final
3.9.7.2.1.00.00	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA	607.131.151,86 D
4.9.7.1.5.00.00	REVERSÃO DE PROVISÕES - INTER OFSS - MUNICÍPIOS	1.583.398.178,56 C

Total Fundo:		3.150.399.444,87 C	1.583.398.178,56	607.131.151,86	2.174.092.417,97
---------------------	--	--------------------	------------------	----------------	------------------

Fonte: Avaliação Atuarial de 05/05/2020 (data base:2019) – página 82.
Disponível em:

<http://IPREJUN.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1590149085.pdf>

O parecer atuarial tem o objetivo de relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Os valores contabilizados a título de provisão matemática foram obtidos no laudo atuarial realizado pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda e conforme informação constante na página 8 do laudo atuarial: para a elaboração do referido laudo foram considerados os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, 10/19 hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente àquelas estabelecidas na Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. O laudo atuarial está devidamente assinado por Atuário inscrito no IBA (Instituto Brasileiro de Atuária): Guilherme Walter - Atuário - MIBA nº 2.091

O laudo atuarial realizado em 2020 apontou a provisão matemática no montante de R\$ 2.174.092.417,97. Em relação ao ano anterior, observou-se diminuição da provisão matemática em R\$ 976.267.026,90. Conforme informado no laudo atuarial de 2020 na página 66 item B: Referente à base

cadastral foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos. Novas versões foram disponibilizadas, visando a consistência necessária ao início dos cálculos atuariais. Entretanto, insta salientar que os resultados e conclusões apresentados são diretamente decorrentes dessas bases cadastrais, bem como eventuais modificações significativas na massa de segurados ou nas características da referida massa acarretarão alterações nos resultados de reavaliações futuras. Em se tratando de um importante pilar para avaliação atuarial, a apuração dos compromissos previdenciários é extremamente sensível às alterações decorrentes dos dados cadastrais e da dinâmica demográfica dos segurados. Já quanto ao passivo atuarial na página 66, item D: Observados os testes estatísticos de aderência das hipóteses atuariais, constantes do relatório de Análise das Hipóteses, elas se encontram adequadas ao correto dimensionamento do passivo atuarial, observadas as fundamentações e justificativas constantes do Relatório de Avaliação Atuarial. Diante das informações transcritas anteriormente, verifica-se que houve a necessidade de adequação da base cadastral o que explica a variação ocorrida na provisão matemática de 2019 para 2020.

A seguir temos um quadro comparativo com o valor da Provisão Matemática nos últimos 03 anos. Como os comentários a respeito de 2020/2019 já foram feitos, relatamos a seguir sobre 2019/2018:

Provisão Matemática		
2020	2019	2018
2.174.092.417,97	3.150.359.444,87	1.959.290.372,50

A Provisão Matemática de 2018 era de R\$ 1.959.290.372,50, com a elaboração do novo estudo atuarial em março/2019 o novo número passou a ser R\$ 3.150.359.444,87

Este crescimento de 2.018 para 2.019, ocorreu devido a alterações nas premissas/hipóteses no novo estudo atuarial com o objetivo de retratar de forma mais próxima da realidade a massa de segurados do RPPS de Jundiaí. Por este motivo, este novo estudo demonstrou que as obrigações futuras com benefícios previdenciários aumentaram em R\$ 1.191.069.072,37.

9 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2.020 é positivo em R\$ 159.260.901,49. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2019 (R\$ - 988.011.293,00), adicionando-se ao resultado patrimonial positivo obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/12/2020 a 31/12/2020 (R\$ 1.147.272.194,49).

Descrição	2020	2019
Resultados Acumulados Ano Anterior	-988.011.293,00	-77.906.840,92
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	1.147.272.194,49	-910.104.452,08
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(=) Resultados Acumulados	159.260.901,49	-988.011.293,00

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2019 (R\$-988.011.293,00) com o de 2020 (R\$ 159.260.901,49) verifica-se que ocorreu a recuperação do PL de um ano para o outro e este resultado foi influenciado pela diminuição do valor da Provisão Matemática do último laudo atuarial de maio/2020 e também pela valorização da carteira de investimentos em alguns meses de 2020 .

Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

Em maio/2020, com a elaboração de novo laudo atuarial verificou-se que ocorreu a diminuição no valor da Provisão Matemática e devido a isto foi realizada a devida contabilização o que fez com que o valor passasse de R\$ 3.150.359.444,87 para R\$ 13/19 2.174.092.417,97, uma diminuição de R\$ 976.267.026,90, o que contribuiu positivamente para a recuperação do resultado acumulado.

É possível observar que o ano de 2020 finalizou com resultado patrimonial do exercício positivo em R\$ 1.147.272.194,49, uma situação completamente inversa ao ano anterior cujo valor do exercício foi negativo em R\$ -910.104.452,08. Ademais, o resultado obtido no decorrer de 2020 foi capaz de absorver resultados negativos acumulados de 2019, que também acumulava resultados acumulados negativos de 2018. Diante disto, os números demonstram que 2020 foi capaz de absorver resultados acumulados negativos de 2018 e 2019 e ainda apresentar um resultado positivo em Dez/2020.

NOTA 10 – SUPERÁVIT NA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:

O Superávit apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais em Dez/2020 é de R\$ 1.147.272.194,49. Na planilha a seguir demonstramos a composição do resultado patrimonial mês a mês:

Mês	VPA	VPD	Resultado Mensal
jan/20	69.153.963,01	24.588.952,97	44.565.010,04
fev/20	97.673.865,39	106.445.750,67	-8.771.885,28
mar/20	144.436.604,96	366.524.389,51	-222.087.784,55
abr/20	218.934.944,44	389.912.728,27	-170.977.783,83
mai/20	1.336.322.396,97	134.378.942,72	1.201.943.454,25
jun/20	1.932.577.191,30	1.046.974.258,10	885.602.933,20
jul/20	2.091.496.610,10	1.103.185.574,99	988.311.035,11
ago/20	2.162.840.798,51	62.379.215,17	2.100.461.583,34
set/20	2.194.617.402,29	1.228.788.510,93	965.828.891,36
out/20	2.248.719.124,88	1.274.507.615,15	974.211.509,73
nov/20	2.460.887.299,55	1.390.807.166,30	1.070.080.133,25
dez/20	2.604.149.993,63	1.456.877.799,14	1.147.272.194,49

Analisando o quadro acima, verificamos que apenas nos meses de fevereiro, março e abril/2020 o resultado patrimonial mensal foi negativo. Nos demais meses, o resultado se manteve positivo.

Os meses de fevereiro/2020 e março/2020 tiveram o resultado patrimonial influenciados negativamente devido ao início da pandemia de Covid 19 que acabou por provocar mudanças na economia mundial acarretando a desvalorização da carteira de investimentos neste período.

O resultado no mês de abril/2020 ainda foi impactado pelos resultados negativos de fevereiro e março, visto que o resultado acumulado se manteve negativo. No entanto, é visível que de março para abril o resultado negativo foi menor denotando uma recuperação no resultado patrimonial.

Em maio/2020, com a elaboração de novo laudo atuarial verificou-se que ocorreu a diminuição no valor da Provisão Matemática e devido a isto foi realizada a devida contabilização o que fez com que o valor passasse de R\$ 3.150.359.444,87 para R\$ 2.174.092.417,97, uma diminuição de R\$ 976.267.026,90, o que influenciou positivamente o resultado acumulado até maio/2020.

De maio/2020 até dezembro/2020 observa-se que o resultado patrimonial do período se manteve positivo e se deve a valorização da carteira de investimentos juntamente com a diminuição do valor da provisão matemática.

No final do exercício de 2020, observa-se que o resultado acumulado do exercício foi positivo no valor de R\$ 1.147.272.194,49, mostrando uma completa recuperação comparado ano resultado negativo do exercício de 2.019.

NOTA 13 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 2.601.000,00 devido as despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se as despesas com aposentadorias de inativos em carência.

O valor de R\$ 2.601.000,00 é previsto na despesa com a fonte 1 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de inativos em carência. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiaí dos valores gastos. Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" e não através de arrecadação de receita pelo orçamento.

Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária ao olharmos apenas o balanço orçamentário do IPREJUN, não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, página 413 a qual reproduzimos a seguir: "...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa ."

Diante disto informamos que no ano de 2.020 a Prefeitura do Município de Jundiaí repassou R\$ 2.626.716,89 através de Transferências Financeiras que podem ser constatadas no Balanço Financeiro.

O valor de Transferências recebidas pelo IPREJUN compreende valor recebidos da Prefeitura Municipal de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 2.626.716,89 , Câmara Municipal de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 111.131,95 e Faculdade de Medicina de Jundiaí (inativos em carência) R\$ 134.048,35, totalizando R\$ 2.871.897,19 de Transferências Financeiras Recebidas pelo IPREJUN.

Em dezembro/2020, foi verificada necessidade de reforço na dotação orçamentária de inativos em carência de responsabilidade da Prefeitura de Jundiaí para o devido empenhamento das despesas com a folha de pagamento dos inativos em carência, diante disto a municipalidade disponibilizou o crédito orçamentário de R\$ 140.000,00 em favor do IPREJUN na data de 04/12/2020 conforme decreto nº 29.540

Ainda em dezembro/2020 foi necessário suplementar as dotações de despesa com proventos de aposentadorias e de pensões através dos atos normativos nº 35 e 36 de 22/12/2020 e nº 38 e 39 de 28/12/2020 , para possibilitar o empenhamento das despesas com a folha de pagamento em

Dez/2020. Estas suplementações totalizaram o valor de R\$ 11.550.224,46 e foram realizadas utilizando-se o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

O Déficit apresentado no Balanço Orçamentário de 2020 no valor de R\$ 20.382.941,48, pode ser explicado por 03 motivos: leve aumento da despesa com inativos em carência, leve aumento da despesa com aposentadorias e pensões e a falta de recebimento das contribuições patronais competência de março/2020 a setembro/2020 da Prefeitura de Jundiá amparadas por suspensão conforme Lei Complementar Federal nº173/2020 em virtude da pandemia de Covid 19.

Como foi necessário suplementar 03 dotações orçamentárias em dezembro/2020 percebe-se que o valor orçado para a despesa inicialmente não foi suficiente para cobrir por completo a execução da despesa. Tal situação pode ser explicada devido ao aumento de aposentadorias concedidas durante o ano de 2.020. As recentes alterações na legislação previdenciária, fez com que muitas pessoas optassem por se aposentar com receio que outras possíveis mudanças na lei pudessem afetá-las fazendo-as a ter que trabalhar por mais alguns anos e alterando seus planos para a aposentadoria.

A falta do recebimento das contribuições previdenciárias patronais gerou uma diminuição na receita arrecadada, no entanto a execução das despesas para atendimento das obrigações de responsabilidade do Instituto de Previdência, continuaram ocorrendo o que fez com que as despesas superassem a arrecadação de receitas levando então a apuração de um déficit orçamentário. Já mencionamos no 18/19 início do tópico, mas lembramos que as contribuições previdenciárias patronais deixaram de ser recebidas pois estavam amparadas por suspensão conforme Lei Complementar Federal nº 173/2020 buscando amenizar os efeitos da pandemia de Covid 19 junto aos municípios.

As despesas com a manutenção do Instituto de Previdência em funcionamento são custeadas com recursos provenientes da taxa de administração e cuja arrecadação já ocorreu em exercício anterior, com recursos específicos para esta finalidade, de modo que sua execução ocorreu normalmente durante o exercício. O financiamento destas despesas é feito com receita já arrecadada no exercício anterior :2019.

As despesas com a obra da sede do IPREJUN, foram financiadas com recursos provenientes de sobras da taxa de administração de anos anteriores que foram sendo investidas ao longo do tempo e que foram destinadas exatamente a custear estas despesas. Logo, não se trata de despesa financiada com receitas arrecadadas no exercício corrente.

NOTA 14 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território brasileiro. No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pela Secretaria da Previdência Social (SPREV) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos a SPREV utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE-SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio. A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: "...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle. Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros." Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas do SPREV e TCE-SP.



João Carlos Figueiredo
CPF: 057.546.578-62
Diretor Presidente



Cláudia George Musseli Cezar
CPF: 270.793.078-48
Diretora do Depto.Planej,Gestão e Finanças



Denise Durães Rodrigues
Analista de Planejamento,Gestão e Orçamento
CRC nº SP-243359/O-1

ANEXO 12 - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANT.				
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.683,99	76.942,56	75.942,56	75.942,56	0,00	8.683,99
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	0,00	4.089.306,37	2.901.095,66	2.901.095,66	0,00	1.188.210,71
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.683,99	4.166.248,93	2.977.038,22	2.977.038,22	0,00	1.196.894,70

ANEXO 12 - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

EXERCÍCIO: 2020

	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANT.			
DESPESAS CORRENTES					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	38.272,92	38.206,29	66,63	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.266,82	73.076,42	41.968,19	28.596,19	9.778,86
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.266,82	111.349,34	80.174,48	28.662,82	9.778,86

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano da organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas, exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incremento na eficiência operacional e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de risco, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

O Instituto de Previdência possui manuais de procedimentos organizados por departamento e disponíveis para consulta a seus colaboradores e público em geral, e estão disponíveis na internet no seguinte endereço: <http://iprejun.sp.gov.br/N/procedimentos>

2. BANCOS

Efetuamos o confronto dos saldos contábeis com os extratos bancários, bem como a análise das conciliações, com data base de 31/12/2020 e não observamos pontos relevantes a serem relatados:

2.1 BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCO	DESCRIÇÃO	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO RPPS (F)	1,00
BANCO DO BRASIL	BANCO C/ MOVIMENTO PLANO PREVIDENCIÁRIO (F)	8.864,33
BANCO BRADESCO	BANCO C/ MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO RPPS (F)	1,00
	TOTAL	8.866,33
	SALDO CONTÁBIL	8.866,33

3. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

3.1 Saldos Aplicados

A) Efetuamos a conferência dos saldos dos extratos bancários em 31/12/2020, com os valores constantes no Razão e Balanço Patrimonial, conforme planilha a seguir:

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO ITAÚBANK	BANCO ITAUBANK S.A.- NTN - B	639.324.710,72
BANCO BRADESCO	VINCI MOSAICO FIA	99.544.677,37
BTG PACTUAL	BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	75.095.703,74
BANCO BRADESCO	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	61.022.363,22
ITAÚ UNIBANCO	WESTERN ASSET IMA-B	60.263.346,54
BTG PACTUAL	QUEST AÇÕES FIC DE FIA	59.894.073,24
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	57.290.560,56
BANCO CITIBANK	WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	55.776.036,57
BANCO J. SAFRA	SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	47.288.104,53
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	44.530.008,30
BANCO BRADESCO	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	41.927.534,99
BANCO CITIBANK	WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	41.239.644,20
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	41.047.787,79
BTG PACTUAL	BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	37.957.063,27
BANCO BRADESCO	SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	35.270.265,20

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO DO BRASIL	BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	33.099.394,52
BANCO BRADESCO	AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	32.449.111,12
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	30.208.791,05
BANCO J. SAFRA	SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC DE FI RENDA FIXA	30.151.517,73
BANCO BRADESCO	VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	29.451.232,08
BANCO BTG PACTUAL	BTG INFRA DIVIDENDOS FIP IE	28.502.278,20
BANCO DO BRASIL	BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	27.959.830,63
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	26.778.978,00
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI 25.176.523,71	25.176.523,71
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	24.606.298,18
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	23.844.330,00
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	21.950.377,02
BANCO ITAÚ	ITAU PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI	21.721.986,43
BANCO DO BRASIL	BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	18.445.881,17
BNY MELLON	MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	16.861.623,13
BNY MELLON	XP INVESTOR 30 FIC FIA	16.114.654,00
BANCO BRADESCO	GAVEA FII	15.631.455,00
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	15.599.389,10
BANCO CITIBANK	BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	14.410.685,38
BANCO J. SAFRA	SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	14.014.666,20
BANCO BTG PACTUAL	ECONOMIA REAL FI EM PARTICIPAÇÕES MULT	13.923.659,69
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTER	10.995.874,54
BANCO DO BRASIL	BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	10.716.046,46
BANCO BTG PACTUAL	BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	10.477.107,11
BANCO BNP PARIBAS BRASIL	WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	9.820.062,84
BANCO DO BRASIL	FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	9.500.000,00
BANCO ITAÚBANK	FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIÁRIO	8.874.000,00
BANCO BRADESCO.	ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST	6.629.885,73
BANCO BRADESCO	MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO TAXA ADMINISTRAÇÃO	5.675.928,52
BANCO BRADESCO	BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	5.239.000,00
BANCO BRADESCO	BRADESCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	4.586.867,91
BANCO BRADESCO	GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	4.370.463,67
BANCO BRADESCO	VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTISTRATÉGIA	2.433.510,60
BANCO DO BRASIL	BRZ TERRAS BRASIL FIP	1.814.149,23
BANCO BTG PACTUAL	VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI PART MULT	1.548.470,08
BANCO CITIBANK .	BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITÁLIA	1.407.928,64
BANCO BRADESCO	MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	1.195.065,78
BANCO BTG PACTUAL	BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	1.025.815,44
BANCO RURAL	FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	851.119,18
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES - RF	535.760,92
BANCO BRADESCO	ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	261.614,46

BANCO	APLICAÇÃO FINANCEIRA	SALDO EXTRATOS R\$
BANCO BRADESCO	FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	64.640,66
BANCO BRADESCO	FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	63.459,57
	TOTAL EXTRATOS	1.976.461.313,92
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(12.399.754,38)
	TOTAL	1.964.061.559,54
	SALDO BALANÇO PATRIMONIAL	1.964.061.559,54
	DIFERENÇA	0,00

B) A composição da carteira dos investimentos dos RPPS na data base de 31/12/2020, conforme relatório contábil de Movimentação Bancária, e Relatório Analítico Gerencial, era a seguinte:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				
POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	ACUMULADA
1º	TÍTULOS PÚBLICOS	639.324.710,72	32,74%	32,74%
2º	VINCI PARTNERS	194.000.253,35	9,94%	42,68%
3º	WESTERN ASSET	193.694.353,79	9,92%	52,60%
4º	BTG PACTUAL	152.309.249,57	7,80%	60,40%
5º	QUEST	130.300.247,64	6,67%	67,07%
6º	XP INVESTIMENTOS	123.188.036,46	6,31%	73,38%
7º	ITAÚ	96.460.785,81	4,94%	78,32%
8º	SAFRA	91.454.288,46	4,68%	83,00%
9º	BANCO DO BRASIL	90.221.152,78	4,62%	87,62%
10º	BNP PARIBAS	62.998.164,81	3,32%	90,85%
11º	CAIXA	51.159.068,92	2,62%	93,47%
12º	ICATU VANGUARDA	41.927.534,99	2,15%	95,61%
13º	SUL AMÉRICA	35.270.265,20	1,81%	97,42%
14º	HEDGE	15.631.455,00	0,80%	98,22%
15º	RIO BRAVO	9.500.000,00	0,49%	98,71%
16º	QUELUZ	6.629.885,73	0,34%	99,05%
17º	BRASIL PLURAL	5.500.614,46	0,28%	99,33%
18º	BRADESCO	4.651.508,57	0,24%	99,57%
19º	GÁVEA	4.370.463,67	0,22%	99,79%
20º	BRZ	1.814.149,23	0,09%	99,88%
21º	BRL TRUST	1.407.928,64	0,07%	99,96%
22º	FINAXIS	851.119,18	0,04%	100,00%
	TOTAL INVESTIMENTO	1.952.665.236,98	100,00%	100,00%
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	23.796.077,00		
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(12.399754,38)		
	TOTAL	1.964.061.559,54		
	SALDO CONTÁBIL	1.964.061.559,54		

C) As aplicações, em 31/12/2020, estão de acordo com as normas legais (Res. 3.922), conforme demonstrado abaixo:

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO X RESOLUÇÃO 3.922				
INCISO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	% CARTEIRA	LIMITE RESOLUÇÃO
Art. 7º, I, a	Títulos Públicos de emissão TN	639.324.710,72	32,74%	100%
Art. 7º, I, b	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	164.510.692,93	8,42%	
Art. 7º, I, c	ETF - 100% Títulos Públicos	0,00	0,00%	
Art. 7º, II	Operações compromissadas	0,00	0,00%	
Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	80%
Art. 7º, III, b	ETF - Renda Fixa "Referenciado"	0,00	0,00%	
Art. 7º, IV, a	FI Renda Fixa - Geral	114.105.288,26	5,84%	60%
Art. 7º, IV, b	ETF - Demais Indicadores de RF	0,00	0,00%	
Art. 7º, V	Letras Imobiliárias Garantidas	0,00	0,00%	20%
Art. 7º, VI, a	CDB - Certificado de Depósito Bancário	0,00	0,00%	
Art. 7º, VI, b	Poupança	0,00	0,00%	
Art. 7º, VII, a	FI em Direitos Creditórios	2.259.047,82	0,12%	25%
Art. 7º, VII, b	FI Renda Fixa (crédito privado)	29.451.232,08	1,51%	
Art. 7º, VII, c	FI Debêntures de Infraestrutura	1.025.815,44	0,05%	20%
	TOTAL RENDA FIXA	950.676.787,25	48,69%	
Art. 8º, I, a	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações	0,00	0,00%	50%
Art. 8º, I, b	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50)	0,00	0,00%	
Art. 8º, II, a	FI de Ações - Geral	614.091.723,81	31,45%	40%
Art. 8º, II, b	ETF - Demais Índices de Ações	0,00	0,00%	
Art. 8º, III	FI Multimercado - Aberto	76.976.296,84	3,94%	15%
Art. 8º, IV, a	FI em Participações	73.894.717,05	3,78%	
Art. 8º, IV, b	FI Imobiliários	39.244.455,00	2,01%	20%
Art. 8º, IV, c	Ações - Mercado de Acesso (Investimentos Estruturado)	0,00		15%
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	804.207.192,70	41,19%	
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	0,00		10%
Art. 9º, II	Investimento no Exterior	187.961.194,19	9,63%	
Art. 9º, III	Ações - BDR Nível I	9.820.062,84	0,50%	
	TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR	197.781.257,03	9,60%	10%
	TOTAL CARTEIRA	1.952.665.236,98	100%	
	SALDO INVESTIMENTO	1.952.665.236,98		
	SALDO INVESTIMENTO	1.952.665.236,98		
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	23.796.077,00		
	(-) AJUSTE PARA PERDAS C/TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	(12.399754,38)		
	TOTAL	1.964.061.559,54		
	SALDO CONTÁBIL	1.964.061.559,54		

D) Aplicação Taxa de Administração/Construção Sede

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BRANCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO - TAXA ADM. c/c 148.190/8	63.459,57
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI - TAXA ADMINISTRAÇÃO	16.861.623,13
MONGERAL AEGON FUNDO INVESTIMENTO MULTIMERCADO - TX. ADMINISTRAÇÃO	5.675.928,52
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP - TAXA ADMINISTRAÇÃO	1.195.065,78
TOTAL	23.796.077,00

E) Composição das Aplicações

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
INVESTIMENTOS RPPS	1.952.665.236,98
INVESTIMENTOS COM TAXA DE ADM NA CONTABILIDADE	23.796.077,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO BALANÇO PATRIMONIAL 2020	1.976.461.313,98
CONTA CORRENTE CUSTÓDIA	1,00
CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1,00
SALDO PLANILHA DE INVESTIMENTOS	1.976.461.315,98
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO BALANÇO PATRIMONIAL 2020	1.976.461.315,98
DIFERENÇA ENTRE BALANÇO PATRIMONIAL X PLANILHA DE INVESTIMENTOS APÓS AJUSTES	0,00

3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, IPREJUN, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 e Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado, pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos, foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos no dia 24/09/2019, e pelo Conselho Deliberativo do IPREJUN na 9ª reunião ordinária, que ocorreu em 26/09/2019.

O IPREJUN aderiu ao programa federal em 21/03/2018, obtendo a certificação máxima, Nível IV, em 09/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 50% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CVM3.922/10 e suas alterações.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPREJUN, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios. As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela

legislação existente aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas nesta P.I.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.922 e Portaria MPS nº 440/13 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e taxa mínima atuarial.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN no 3.922/10 e alterações, e a Portaria MPS no 519/11 e alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Havendo mudanças na legislação, que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do IPREJUN.

Esta P.I. entrará em vigor em 01/01/2020. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2.020.

4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4.1 Variação Patrimonial Aumentativa

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVAS (VPA)	
RENDA FIXA	
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	24.252,90
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	2.377.340,30
BTG INFRA DIVIDENDOS FIP IE	194.508,05
BANCO ITAUBANK S.A.- NTN - B	62.410.656,42
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	165.281,19
CONTA BANCÁRIA: 57 - BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	1.410.756,63
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	3.836.932,00
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	2.787.895,40
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	2.786.131,18
SAFRA IMA FIC RF	4.304.548,30
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	2.874.891,49
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	5.278.778,69
CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	7.359,63

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVAS (VPA)	
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TP RF LP	481.466,52
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	217.868,87
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	4.061.799,36
WESTERN ASSET IMA-B	10.167.930,04
BANCO BRADESCO S.A, - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	3.884,81
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	155.865,11
BRADESCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	7.965.614,57
BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	74.789,00
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	2.247.550,74
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC DE FI RENDA FIXA	2.193.751,06
BANCO RURAL - RURAL FUNDOS DE INVESTMNTOS EM DIREITO	52.970,77
WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	282.501,12
TOTAL RENDA FIXA	116.365.324,15
TOTAL PLANILHA RENDA FXA	116.365.324,15
DIFERENÇA	0,00
RENDA VARIÁVEL	
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	4.312.827,84
BANCO BRADESCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	1.147.670,69
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	20.012.495,80
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	9.449.753,08
BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	30.808.857,76
BANCO BRADESCO S.A. - GAVEA FII	2.965.510,32
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	28.782.246,43
BANCO BRADESCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	25.164.566,99
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	1.675.698,38
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPF11	645.450,00
BRZ TERRAS BRASIL FIP	1.009.417,64
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	4.001.797,10
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	21.022.890,10
ITAU INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	3.484.744,29
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	15.140.067,30
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	17.366.412,92
BRADESCO FIA SELECTION	452.843,91
XP INVESTOR 30 FIC FIA	7.901.713,33
VINCI MOSAICO FIA	46.180.456,04
CSAFRA S&P EM REAIS PB FIM	5.102.548,85
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTISTRATÉGIA	932.783,43
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	18.071.865,13
BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	5.695.879,35

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVAS (VPA)	
ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	2.750.564,89
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	16.088.552,97
SAFRA CONSUMO AMERICANO FI AÇÕES BDR - NÍVEL I PB	13.620.688,60
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	9.812.863,05
BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	17.334.595,31
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTER	5.171.876,90
M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	28.889.432,21
ITAU PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	6.161.852,31
MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO TAXA ADMINISTRAÇÃO	281.220,06
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	14.808.749,75
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	1.754.715,61
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	5.437.435,41
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	961.785,40
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	3.227.843,23
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	4.167.850,67
TOTAL RENDA VARIÁVEL	401.798.523,05
TOTAL RENDA FIXA	116.365.324,15
TOTAL GERAL	518.163.847,20

4.2 Variação Patrimonial Diminutiva

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
RENDIA FIXA	
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RENDA FIXA REF. DI	16.336,81
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	108.425,47
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	26.916,85
BANCO RURAL S.A -RURAL FUNDOS DE INVEST.EM DIREITO	96.162,30
FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL	4.259,46
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	13.041,81
VINCI FI RF IMOBILIÁRIO - CRÉDITO PRIVADO	522.098,24
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	510.938,71
CAIXA BRASIL 2024 II TP RF	134.918,08
SAFRA IMA FIC RF	3.218.592,79
CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF	917.251,33
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LONGO PRAZO	1.435.280,45
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TP RF LP	1.787.626,52
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	16.907,25
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RENDA FIXA	1.131.255,10
BRADESCO H FI CRED PRIV LP NILO - NÃO UTILIZAR	0,01
WESTERN ASSET IMA-B	5.904.583,50
BANCO BRADESCO S.A, - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	7,71

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	204.139,07
BRADERCO H FI RF CRÉDITO PRIVADO LP NILP - CONTA 1	7.214.729,85
BTG PACTUAL INFRA-B FUNDO INCENTIVADO DE INFRA. RF	2.173.973,56
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	1.038.759,68
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC DE FI RENDA FIXA	1.020.607,59
WESTERN ASSET FIA AÇÕES BDR NÍVEL I	462.438,28
TOTAL RENDA FIXA	27.959.250,42
RENTA VARIÁVEL	
BANCO ITAUBANK S.A-FI BRAZ CAP REAL-FUNDO IMOBILIA	7.149.404,69
BANCO BRADERCO S.A.- ATICO GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	8.469.036,12
BANCO BRADERCO S.A- ATICO FLORESTAL FUNDO INVEST E	92.798,73
BANCO PACTUAL S.A-QUEST SMALL CAPS FIC FIA	21.250.764,87
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	85.194,24
BANCO PACTUAL S.A. - BTG ABSOL INSTIT FIA	24.509.539,15
BANCO BRADERCO S.A. - GAVEA FII	5.784.055,32
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	31.190.843,85
BANCO BRADERCO S.A. - VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	22.721.543,65
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	990.123,64
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FII - BPFF11	3.778.450,00
BRZ TERRAS BRASIL FIP	2.981.198,88
GAVEA INSTITUCIONAL FIC FIP	359.672,73
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	22.140.182,56
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FI	8.075.446,53
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	11.021.990,13
SUL AMÉRICA EQUITIES FIA	22.439.070,24
BRADERCO FIA SELECTION	4.331.791,52
XP INVESTOR 30 FIC FIA	8.788.306,78
VINCI MOSAICO FIA	42.835.973,20
SAFRA S&P EM REAIS PB FIM	3.536.160,98
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP II MULTIESTRATÉGIA	182.512,94
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	20.353.286,37
BTGP RBC GLOBAL CREDITS FI MUL. INVEST. EXTERIOR	2.844.079,46
ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	3.634.708,23
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	20.462.337,35
SAFRA CONSUMO AMERICANO FI AÇÕES BDR - NÍVEL I PB	1.616.223,79
- BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	9.255.898,91
BB MULTIMERCADO GLOBAL SELECT EQUITY - INVEST. EXT	2.875.430,12
WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES FIM - INV. EXTER	4.402.003,97
M.S. GLOBAL OPPORTUNITIES FIC FIA INVEST. EXTERIOR	1.545.858,23
ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	4.439.865,87
MONGERAL AEGON FI MULTIMERCADO TAXA ADMINISTRAÇÃO	118.661,61

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIM	13.748.922,45
LEGG MASON CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH FIA IE	1.155.326,51
SAFRA CONSUMO PB FIC DE FIA	3.149.330,88
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI	245.738,94
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	1.051.319,51
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	561.552,49
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FI EM PARTICIPAÇÕES MULT	253.869,93
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI PART MULT	46.529,92
TOTAL RENDA FIXA	27.959.250,42
TOTAL RENDA VARIÁVEL	344.475.005,29
TOTAL GERAL	372.434.255,71

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - ESTORNO	
RENDA FIXA	
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FI	2.046.275,91
BANCO BRADESCO S.A. - FI - RF MAXI PODER PÚBLICO	0,01
BANCO CITIBANK S.A-FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	26.574,21
BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDEN	52.391,25
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LP	17.972,54
ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO FICFI	0,01
TOTAL RENDA FIXA	2.143.213,93
RENDA VARIÁVEL	
BANCO CITIBANK S.A. BTG PACTUAL INFRA. II, FIC FIP	711.602,45
BANCO PACTUAL S.A - QUEST AÇÕES FIC DE FIA	0,01
BANCO DO BRASIL S.A. - FII JHSF FAZENDA BOA VISTA	26.574,21
BRADESCO FIA SELECTION	226.421,95
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC DE FI	0,01
ACCESS DIVERSIFIED DYNAMIC FI MULT. INVEST. EXTER	499.633,82
ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	0,01
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY FIC FI	0,01
TOTAL RENDA VARIÁVEL	1.464.232,47
TOTAL RENDA FIXA	2.143.213,93
TOTAL GERAL	3.607.446,40

5. CRÉDITOS - REALIZÁVEL A CURTO E LONGO PRAZO

O valor de créditos registrados no Ativo Circulante no exercício de 2020, referentes ao Contrato de Empréstimo para Refinanciamento de dívida da Prefeitura de Município de Jundiaí, contraído junto ao Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, é o seguinte:

VALORES CONTABILIZADOS	2020 - R\$
ATIVO CIRCULANTE	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL	22.585.040,25
EMPRÉSTIMOS A RECEBER - RPPS	8.058.354,98
CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER SERVIDOR, APOSENTADO, PENSIONISTA	12.030.901,43
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL	13.773.755,21
TOTAL	56.448.051,87
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS A RECEBER RPPS	70.801.941,20
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - PATRONAL	249.163.196,57
TOTAL	319.965.137,77

Base Legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996.

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Lei: Nº.5.573 de 21 de dezembro de 2.000.

Parcelamento Contribuições Previdenciárias (Acordo 107/2018 e Acordo 108/2018) Lei Nº 8.893/17

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

DESCRIÇÃO	2020 (R\$)	2019 (R\$)
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	1.976.470.180,25	1.914.806.389,92
Ativo Permanente	367.962.975,20	258.742.098,98
Total do Ativo	2.344.433.155,45	2.173.548.488,90
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	1.581.255,59	7.996.096,76
Passivo Permanente	2.184.845.622,23	3.157.737.618,06
Total do Passivo	2.186.426.877,82	3.165.733.714,82
Saldo Patrimonial (I – II)	158.006.277,63	(992.185.225,92)

7. ATIVO IMOBILIZADO

7.1 BENS IMÓVEIS

O Ativo Imobilizado encontra-se em 2.020 com saldo de R\$ 3.863.200,96, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 445.089,53 e Bens Imóveis R\$ 3.418.111,43. Os bens móveis foram submetidos à depreciação em 2020 e a depreciação acumulada dos bens é de R\$ 64.373,46 compreendendo as depreciações de 2.012 até 2.020. Os bens móveis referem-se aos móveis, computadores e demais utensílios utilizados pelos servidores do IPREJUN no

desenvolvimento das atividades administrativas. Em virtude da construção da nova sede do IPREJUN foram adquiridos novos bens no exercício de 2.020. O valor de R\$ 3.418.111,43 de bens imóveis refere-se a obra em andamento (construção da sede IPREJUN) e projeto executivo da obra.

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS		
SALDO CONTA BENS SEM DEPRECIÇÃO - ANO ANTERIOR	102.654,85	98.604,85
(+) AQUISIÇÕES DO ANO	406.808,14	4.050,00
SALDO DO IMOBILIZADO EM 31/12 - SEM DEPRECIÇÃO	509.462,99	102.654,85
(+) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	- 64.373,46	-46.698,27
(=) SALDO IMOBILIZADO EM 31/12/2020	445.089,53	55.956,58

7.2. TERRENO CEDIDO PELA PREFEITURA

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN se encontra em fase de construção, ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN é um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiá para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032, (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiá em 05/08/2020). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/11/2032. Antes do vencimento do contrato, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos. Devido a não ter a propriedade do terreno, ele não se encontra contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN, mas encontra-se devidamente contabilizado em contas de controle que não afetam o ativo: conta contábil 8.9.5.8.1.00.00 – Permissão de uso-bens recebido. O valor atualizado do terreno fornecido pela área de obras e infraestrutura da Prefeitura de Jundiá (Processo Adm.17.221/2009) é de R\$ R\$1.835.075,20.

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS – DÉFICIT ATUARIAL

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a conceder e tem como objetivo dar consistência, equilíbrio e estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantia dos pagamentos e dos benefícios previstos pelo plano.

Este procedimento está contemplado através do Relatório da Avaliação Atuarial, emitido em 31 de dezembro 2019 pela empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, com sede na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Frederico Guilherme Ludwig, nº 80 – 1406, Bloco B, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 18.934.959/0001-60, representada pelo sócio administrador Guilherme Thadeu Lorenzi Walter, Atuário MIB nº 2091 e CPF 013.410.910-40.

A Provisão Matemática de Longo Prazo constante no Balanço Patrimonial de 2019, era de R\$ R\$ 3.150.359.444,87, e com o Relatório de Avaliação Atuarial, 31/12/2019, o valor passou para R\$ 2.174.092.417,97 em 31/12/2020, demonstrando uma diminuição de R\$ 976.267.026, nas obrigações futuras com benefícios previdenciários.

Apresentamos a seguir um resumo do Relatório de Avaliação Atuarial, emitido 31/12/2019, referente às Provisões de Longo Prazo:

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	
DESCRIÇÃO	SALDO FINAL - R\$
(-) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PLANO PREV.	(2.806.202.903,52)
(+) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	110.212.939,23
(+) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	4.015.454,81
(+) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	76.025.302,39
(-) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER PLANO PREV.	(4.540.722.515,07)
(+) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	906.157.664,08
(+) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	829.044.572,86
(+) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	478.969.657,23
(+) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	2.990.942.480,81
AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL	(222.535.070,79)
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	2.174.092.417,97

Conta	Descrição	Saldo Final
3.9.7.2.1.00.00	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA	607.131.151,66 D
4.9.7.1.5.00.00	REVERSÃO DE PROVISÕES - INTER OFSS - MUNICÍPIOS	1.583.398.178,56 C
Total Fundo:		3.150.359.444,87 C 1.583.398.178,56 607.131.151,66 2.174.092.417,97

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2020	
SALDO ANTERIOR BALANÇO PATRIMONIAL 2019	(988.011.293,00)
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	1.147.272.194,49
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2019	159.260.901,49

Comparando-se o Resultado Acumulado (PL) de 2019 (R\$-988.011.293,00) com o de 2.020 (R\$ 159.260.901,49) verifica-se que ocorreu a recuperação do PL de um ano para o outro e este resultado foi influenciado pela diminuição do valor da Provisão Matemática do último laudo atuarial de maio/2020 e também pela valorização da carteira de investimentos em alguns meses de 2020.

10. ASSESSORES JURÍDICOS (PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS)

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A assessora jurídica, Samara Luna dos Santos, Procuradora Jurídica do IPREJUN OAB/310759, forneceu as devidas informações, descrita a seguir:

POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO		
SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (R\$) 2020	VALORES (R\$) 2019
PERDA CONCRETIZADA	7.158,000,00	5.513.000,00
PERDA PROVÁVEL	836.800,00	792.600,00
PERDA REMOTA	745.000,00	1.436.500,00

POSIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME RELATÓRIO JURIDICO		
SITUAÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (R\$) 2020	VALORES (R\$) 2019
TOTAL	8.739.800,00	7.742.100,00
VALOR ESTIMADO DA PROVISÃO	7.994.800,00	6.305.600,00
SALDO DA PROVISÃO NA CONTABILIDADE	7.994.800,00	6.305.600,00
INSUFICIÊNCIA	0,00	0,00

Na contabilidade do IPREJUN, em 31/12/2020, tem provisionado na conta 2.1.7.9.1.99.00 - Outras Provisões a Curto Prazo, o valor de R\$ 7.994.800,00, portanto, coincidindo com a informação dos assessores jurídicos.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

11. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto os pontos e assuntos mencionados neste relatório circunstanciado.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável